

18. PROPOSTA – CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O CLUBE DE GOLFE DE BRAGA:


Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Braga e o Clube de Golfe de Braga, relativo à parcela de terreno com a área de 18.926 m² que faz parte do prédio sito no Lugar da Aldeia, freguesia de Palmeira, descrito na CRP de Braga sob o nº. 1696/Palmeira, para instalação da sua sede, driving range e instalações de apoio ao exercício e prática da modalidade.

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Proposta – Contrato de comodato a celebrar entre este Município e o Clube de Golfe de Braga. Parcela de terreno que faz parte do prédio sito no Lugar da Aldeia, Palmeira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 1696/Palmeira.

Segue em anexo proposta do contrato de comodato a celebrar entre este Município e o Clube de Golfe de Braga, relativo à parcela de terreno com a área de 18.926 m² que faz parte do prédio sito no Lugar da Aldeia, Palmeira, descrito na Conservatória do Registo predial de Braga sob o nº 1696/Palmeira, para instalação da sua sede, driving range e instalações de apoio ao exercício e prática da modalidade, a fim de submeter à apreciação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

A Jurista,


(13.6.2017)

Concedo. A pedido do Sr. Presidente
da Câmara para, querendo,
submeter à apreciação do Órgão
Executivo a que pertence.

2017/07/12



Concedo.
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel António Guimarães

A reunião do
Executivo Municipal
Faro Naveg
13 Julho 2017

PROPOSTA - CONTRATO DE COMODATO

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Braga, com sede na Praça do Município da cidade de Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, neste ato representada por ..., adiante designado por **MUNICÍPIO**,

E

SEGUNDO OUTORGANTE: CLUBE DE GOLFE DE BRAGA, NIPC 503 050 512, com sede provisória no sítio do Campo de Aviação, Lugar do Carregal, freguesia de Palmeira, Braga, neste ato representado por ..., adiante designado por **CLUBE**.

Considerando que:

São atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respectiva população, como estabelece o artigo 23º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação actual;

Os municípios dispõem de atribuições no domínio do património, cultura e ciência e na promoção do desenvolvimento, nos termos do nº 2 do mesmo artigo 23º do citado diploma;

Compete à câmara municipal, de acordo com o prescrito no artigo 33º, nº 1, alínea ee) do citado Anexo "Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal";

Considerando ainda que:

O Clube de Golfe de Braga, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, criado em 1991, tem por finalidade a divulgação e prática do golfe, afirmando-se como um dos clubes que mais tem contribuído para a expansão da modalidade (cfr. doc. 1 – Estatutos do Clube);

Desde 1993 tem vindo a desenvolver uma meritória atividade de divulgação e desenvolvimento da modalidade desportiva do golfe, levando esse desporto às escolas, instituições de solidariedade social e às comunidades locais;

Por despacho do Sr. Ministro da Presidência e dos Assuntos parlamentares datado de 1 de outubro de 2015, foi declarada a utilidade pública do Clube de Golfe (cfr. doc. 2);

Entre os outorgantes é celebrado o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O **MUNICÍPIO** é dono e legítimo proprietário da parcela de terreno com a área de 18.926 m², que faz parte do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 1696/Palmeira e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1571 (cfr. doc. 3), adiante apenas designado por **Parcela de terreno**, melhor identificada na planta anexa ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

Cláusula Segunda

(Finalidade)

Pelo presente contrato, o **MUNICÍPIO** entrega ao **CLUBE**, e este aceita, a parcela de terreno descrito na cláusula primeira, a título gratuito, para que este ali possa instalar a sua sede, driving range e instalações de apoio ao exercício e prática da modalidade.

Cláusula Terceira

(Regime de utilização)

1. O **CLUBE** utilizará o referido prédio para o exercício das atividades referidas na cláusula segunda, não lhe podendo dar outro fim, sem autorização do **Município**.
2. Ao **CLUBE** não é permitido sublocar, emprestar ou ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do **Município**.
3. Finda a vigência do presente contrato, o **CLUBE** deverá entregar ao **Município** a parcela de terreno em bom estado de conservação.

Cláusula Quarta

(Obras de Adaptação)

Após competente autorização por parte do **Município**, o **CLUBE** poderá proceder por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as obras de construção, adaptação, conservação e/ou manutenção a realizar na parcela de terreno objeto do presente contrato, que sejam necessárias à prossecução das atividades referidas na cláusula segunda.

Cláusula Quinta

(Benfeitorias)

Todas as benfeitorias realizadas na parcela de terreno levadas a cabo pelo **CLUBE** consideram-se neles integradas, não havendo lugar a qualquer indemnização finda a vigência do presente contrato.

Cláusula Sexta

(Obrigações do Segundo Outorgante)

1. Na vigência do presente contrato, o **Segundo Outorgante** obriga-se a assumir os encargos decorrentes das seguintes despesas:

- a) inerentes à conservação e limpeza dos espaços;
- b) decorrentes da celebração de contratos e consumos de eletricidade, água, gás, telefone, rede de dados, e outros custos de exploração;
- e) relativas ao pagamento de prémios de seguro que, por lei, sejam obrigatórios.

2. O segundo outorgante obriga-se ainda:

- a) a não afetar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina, nos termos da cláusula segunda do presente contrato.
- b) a manter as instalações em perfeito estado de conservação e segurança.

Cláusula Sétima

(Prazo)

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e é celebrado pelo prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser renovável por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 180 dias antes do seu termo ou de qualquer uma das suas renovações.

Cláusula Oitava

(Omissões)

As omissões ao presente contrato são reguladas pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 1129º e seguintes do Código Civil.

Cláusula Nona

(Foro)

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente Contrato, as partes elegem como competente o foro da Comarca de Braga, com expressa renúncia de qualquer outra.

Braga, _____.

1º Outorgante - Município de Braga

2º Outorgante – Clube de Golfe de Braga



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - DEPARTAMENTO DE PROJETOS MUNICIPAIS

TOPOGRAFIA

Proj. D.P.A.E.

DIVISÃO DE PROJETOS DE ARQUITECTURA E ENGENHARIA - TOPOGRAFIA

Técnico: *J. Castanheira*

CLUBE DE GOLFE - PALMEIRA

Data MARÇO/2017

Levantamento Topográfico

esc. 1 : 2000

N O T Á R I A
AIDA MANUELA ROCHA SOUSA

Livro nº 154-A

Folhas 111

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

____ No dia vinte de fevereiro do ano dois mil e catorze, no meu cartório, situado na rua dr. Justino Cruz, nº 154, 2º andar, sala 8, cidade de Braga, perante mim Notária, *Aida Manuela Rocha de Sousa*, compareceu como outorgante: _____

____ **PAULO JOSÉ RODRIGUES PIMENTEL TORRES**, casado, natural da extinta freguesia de Santo Tirso, atual freguesia de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães, concelho de Santo Tirso, residente na rua dr António Cândido Pinto, nº 38, 7º dtº, freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações, concelho de Braga _____

____ Intervém como presidente da direção e em representação da associação denominada "**CLUBE DE GOLFE DE BRAGA**", NIPC 503 050 512, com sede provisória no sítio do Campo de Aviação, lugar do Carregal, freguesia de Palmeira, concelho de Braga, constituída por escritura outorgada no dia dezanove de julho de mil novecentos e noventa e três, no extinto segundo cartório notarial de Braga, exarada a folhas cento e seis e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas número cento e dezanove -F, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela ata número nove, da assembleia geral realizada no dia quinze de julho de dois mil e doze, de que arquivo pública forma. _____

____ Verifiquei a identidade do outorgante por exibição do cartão de cidadão nº03720394 0ZZ8, válido até 10/05/2015. _____

____ **DECLAROU O OUTORGANTE:** _____

____ Que em cumprimento do deliberado em quinze de julho de _____

dois mil e doze, conforme ata referida, pela presente escritura, *altera os estatutos da associação, com exceção da sua denominação, sede e objeto, remodelando os existentes, eliminados alguns e aditando novos artigos* _____

_____ Em consequência da alteração, dá nova redação a todos os artigos, passando a associação a reger-se pelas disposições legais aplicáveis do Código Civil, nomeadamente dos artigos cento e sessenta e seis a cento e oitenta e quatro e ainda pelos ESTATUTOS constantes do documento complementar desta escritura, elaborado nos termos do número dois, do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que **arquivo**, cujo conteúdo declara conhecer perfeitamente, pelo que se dispensa a sua leitura. _____

_____ Assim o disse e outorgou. _____

_____ Esta escritura foi lida e explicado o seu conteúdo. _____

Conta: 62267100117014



ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Denominação, Sede e Finalidades

Artigo 1.º

_____ O CLUBE DE GOLFE DE BRAGA é uma associação sem fim lucrativo de carácter desportivo, cultural e recreativo e é constituído por tempo indeterminado. _____

Artigo 2.º

_____ O CLUBE DE GOLFE DE BRAGA tem a sua sede no concelho de Braga, provisoriamente no sítio do Campo de Aviação, lugar do Carregai, freguesia de Palmeira. _____

_____ Parágrafo Único — A sede pode ser transferida, a todo o tempo, para outro local dentro do concelho de Braga, por deliberação da Assembleia Geral. _____

Artigo 3.º

_____ O CLUBE DE GOLFE DE BRAGA tem por finalidade a divulgação e prática de golfe e cumulativamente a de outras actividades desportivas, culturais e recreativas relacionadas directa ou indirectamente com a prática do golfe. _____

_____ Parágrafo Primeiro — O Clube é alheio a assuntos de carácter político ou religioso. _____

_____ Parágrafo Segundo — As instalações do Clube, quer sejam próprias, quer sejam tomadas por concessão ou simples cedência e autorização de qualquer entidade pública ou privada, não poderão ser usadas para outros fins que se não subordinem ao objectivo prosseguido pela

associação. _____

CAPÍTULO II

Insígnias

Artigo 4.º

____ O Clube terá um emblema e modelos de equipamento que constarão do Regulamento Interno. _____

CAPÍTULO III

Dos Associados

SECÇÃO I

Categorias

Artigo 5.º

____ 1. Poderão ser associados do Clube de Golfe de Braga. _____

____ a) Todos os indivíduos de ambos os sexos de maioridade e menores, estes com autorização dos pais ou tutores, que tendo requerido essa qualidade, nos termos destes Estatutos e do Regulamento Interno, sejam admitidos pela Direcção. _____

____ b) Desde que legalmente constituídas, sociedades civis e sociedades comerciais, nacionais ou estrangeiras, fundações e associações que não tenham por fim o lucro económico dos seus associados, na qualidade de Pessoa Colectiva. _____

____ 2. O candidato a associado deve apresentar a sua proposta por escrito, com indicação da sua identidade (nome, naturalidade, estado, profissão, morada) e a categoria pretendida. _____

____ 3. A proposta para admissão de associado pode também ser apresentada por um associado efectivo, igualmente por escrito e com as

indicações constantes do parágrafo anterior. _____

Artigo 6.º

_____ As categorias de Associados estarão consignadas no Regulamento Interno. _____

Artigo 7.º

_____ O associado que pretender desligar-se do Clube deverá comunicar o facto por escrito à Direcção até trinta dias antes de terminar o ano civil. _____

Artigo 8.º

_____ Perde a qualidade de associado: _____

_____ a) Sob pedido. _____

_____ b) Aquele que deixar de pagar a sua anuidade. _____

_____ c) Aquele que, por qualquer motivo, for disciplinarmente excluído da colectividade. _____

Artigo 9.º

_____ Os associados excluídos por qualquer dos motivos referidos na alínea b) do artigo imediatamente anterior só poderão ser readmitidos sem haverem efectuado o pagamento das dívidas, por deliberação expressa da Direcção. _____

SECÇÃO II

Direitos e Obrigações dos Associados

Artigo 10.º

_____ São direitos dos associados: _____

_____ a) Frequentar as instalações sociais e desportivas de que disponha o Clube nos termos dos regulamentos em vigor, desfrutando de

todas as regalias proporcionadas pelo Clube, sendo a utilização das instalações sociais extensiva ao cônjuge e aos filhos do associado pessoa individual. _____

____ b) Tendo mais de dezoito anos, fazer parte da Assembleia Geral, tomar parte nas discussões e, sendo associado pessoa individual e admitido há mais de seis meses, votar e ser eleito para cargos dos órgãos sociais. _____

____ c) Recorrer para a Assembleia Geral das sanções que pela Direcção lhes tenham sido aplicadas. _____

____ d) Apresentar à Direcção reclamações ou sugestões para bem do Clube. _____

____ e) Tendo mais de 18 anos, requerer a convocação das Assembleias Gerais Extraordinárias, nos termos do artigo vigésimo segundo. _____

____ f) Tendo mais de 18 anos, examinar os livros de escrituração e contas do Clube, dentro das horas de expediente, durante os oito dias que precederam às reuniões da Assembleia Geral destinadas à apreciação do Relatório e Contas do exercício a que se referem. _____

Artigo 11.º

____ 1. São obrigações dos associados: _____

____ a) Honrar a sua qualidade de associado e defender o prestígio e a dignidade do Clube, dentro das normas de educação cívica e desportiva.

____ b) Pagar a jóia e quotas nas condições e montantes estabelecidos pela Direcção, no Regulamento Interno. _____

____ c) Respeitar as disposições dos Estatutos e Regulamentos Internos em vigor, bem como as determinações da Direcção. _____



____ d) Exercer gratuitamente os cargos para que sejam eleitos, de que só poderão escusar-se em caso de reeleição ou justo impedimento. ____

____ e) Proceder com correcção e urbanidade nas suas relações com os outros associados. ____

____ f) Participar à Direcção a sua mudança de residência. ____

____ g) Indemnizar o Clube por qualquer prejuízo que lhe cause. ____

____ h) Representar o Clube quando disso for incumbido dentro da orientação definida pela Direcção. ____

____ 2. As quotas vencem-se no dia um de Janeiro do ano a que respeitarem, salvo tratando-se de associados admitidos posteriormente, cujas quotas deverão ser pagas imediatamente depois da admissão. ____

SECÇÃO III

Da Acção Disciplinar

Artigo 12.º

____ No exercício da sua acção disciplinar, compete à Direcção aplicar aos infractores, mediante processo disciplinar para tanto organizado, em que o associado será sempre ouvido e atendida a prova que o mesmo indique, as seguintes penalidades: ____

____ a) Advertência verbal. ____

____ b) Advertência por escrito. ____

____ e) Suspensão até dois anos. ____

____ d) Demissão. ____

Artigo 13.º

____ 1. Das decisões condenatórias, que serão notificadas ao infractor por carta registada com aviso de recepção, cabe recurso, sem efeito

suspensivo, para a Assembleia Geral, que julgará como última instância. _

___ 2. O prazo para recurso, que será interposto por simples requerimento endereçado ao Presidente da Assembleia Geral em que se alegue toda a sua fundamentação, será de vinte dias a contar da notificação a que se refere o número anterior e o recurso será julgado pela Assembleia Geral no prazo de trinta dias a contar do seu recebimento, em face dos elementos constantes do processo e dos demais esclarecimentos verbais que a Assembleia Geral ou o seu Presidente julguem convenientes. _

Artigo 14.º

___ 1. Constitui, de um modo geral, infracção disciplinar a inobservância das obrigações estatutárias ou regulamentares. _

___ 2. Constitui, em especial, falta disciplinar: _

___ a) A recusa, sem motivo justificado, a exercer os cargos sociais para que haja sido eleito. _

___ b) Praticar, nas instalações do Clube, desacato ou qualquer outro acto ofensivo do respeito devido ao Clube, seus corpos Directivos ou Associados. _

CAPÍTULO IV

Das Receitas

Artigo 5º

___ Constituem receitas ordinárias do Clube as jóias, as quotas, taxas e proveitos dos serviços próprios das instalações sociais e desportivas. _

___ Constituem receitas extraordinárias os donativos, subsídios, legados e outras formas de auxílio ao Clube. _

Artigo 16.º

____ As jóias e quotas são fixadas pela Direcção e devem figurar no Regulamento Interno. _____

Artigo 17.º

____ O pagamento das jóias e das quotas será efectuado de acordo com o constante do Regulamento Interno em vigor. _____

____ Enquanto não for aprovado o Regulamento Interno o pagamento das jóias e das quotas será feito na forma fixada em Assembleia Geral. ____

CAPÍTULO V

Dos Órgãos do Clube

Artigo 18.º

____ O Clube desenvolverá a sua actividade por intermédio dos seguintes órgãos: _____

____ 1. Órgãos sociais. _____

____ a) Assembleia Geral. _____

____ b) Direcção. _____

____ c) Conselho Fiscal _____

____ 2. Conselho Superior. _____

Artigo 19.º

____ Os membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal são eleitos por períodos de dois anos, correspondentes aos anos civis, em Assembleia Geral convocada para esse efeito, mediante escrutínio secreto, salvo para o primeiro biénio em curso que são designados. _____

____ Parágrafo Primeiro — As listas dos associados que se propõem à

eleição devem ser presentes ao presidente da Assembleia Geral com quinze dias de antecedência, relativamente à data designada para a eleição. _____

____ Parágrafo Segundo — A Mesa da Assembleia Geral deve aprovar as listas propostas, verificando, antes de as submeter a sufrágio, a elegibilidade dos associados _____

____ Parágrafo Terceiro — Cada lista deve ser apresentada por um mínimo de quinze associados. _____

____ Parágrafo Quarto — As listas serão votadas na globalidade dos nomes que as compõem. _____

____ Parágrafo Quinto — No caso de ocorrerem vagas nos corpos gerentes, indispensáveis ao seu normal funcionamento, o seu preenchimento decorrerá da nomeação de novos membros, mediante proposta da Direcção aprovada por maioria em reunião conjunta dos órgãos sociais. _____

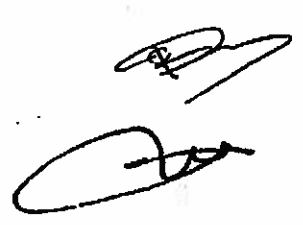
CAPÍTULO VI

Assembleia Geral

Artigo 20.º

____ 1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados do Clube de Golfe de Braga com mais de dezoito anos e é dirigida por uma Mesa (Mesa da Assembleia Geral) que é, por sua vez, constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, competindo a este a elaboração das actas das reuniões da mesma Assembleia. _____

____ 2. Na falta ou impedimento do Presidente, substituí-lo-á o Vice-Presidente e, na falta deste, o Secretário. _____



____ 3. Na falta ou impedimento do Secretário, substituí-lo-á o associado que a Assembleia designar, sob proposta de quem a presidir. _____

____ 4. Quando nenhum dos componentes da Mesa se encontrar presente, a sessão será aberta pelo associado presente mais antigo, depois do que a Assembleia designará quem deve presidir e compor a Mesa. _____

Artigo 21.º

____ A reunião ordinária da Assembleia Geral é efectuada no início de cada ano, até trinta e um de Março, com o objecto de apreciar e votar o relatório e contas relativas ao exercício do ano anterior e proceder também à eleição dos novos corpos gerentes quando for caso disso _____

Artigo 22.º

____ As reuniões extraordinárias da Assembleia Geral efectuam-se por decisão do Presidente da Mesa, a pedido da Direcção, ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de um mínimo de quinze associados no pleno gozo dos seus direitos, sendo necessária a comparência da maioria absoluta dos requerentes. _____

Artigo 23.º

____ As Assembleias Gerais serão convocadas nos termos do número dois, do artigo cento e setenta e quatro do Código Civil, com a antecedência mínima de quinze dias, a cada um dos associados com direito a fazer parte dela, em que se indicará o dia, hora e local da sua reunião e, bem assim, os assuntos a tratar. _____

Artigo 24.º

____ A Assembleia Geral funcionará em primeira convocação desde que esteja presente a maioria dos associados no pleno gozo dos seus

direitos e, em segunda convocação, com qualquer número de presenças, meia hora depois da designada para a primeira convocação, salvo se o assunto a resolver for a dissolução do Clube, devendo, nesse caso, a segunda convocação ser intervalada da primeira pelo menos do prazo de quinze dias, enviando-se novos avisos pelos mesmos meios. _____

Artigo 25.º

_____ Nas Assembleias Gerais, quer ordinárias, quer extraordinárias, só se poderão tomar deliberações sobre os assuntos constantes dos avisos convocatórios. _____

Artigo 26.º

_____ As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, obrigam todos os associados e serão consignadas em acta assinada pela Mesa. _____

Artigo 27.º

_____ É da competência exclusiva da Assembleia Geral: _____

_____ a) Eleger os membros dos órgãos sociais e demiti-los quando julgar necessário ou conveniente para a defesa do bom nome ou interesses da colectividade. _____

_____ b) Apreciar e votar anualmente o relatório e contas da Direcção e o parecer do Conselho Fiscal. _____

_____ c) Conceder alguma categoria especial de associado nas condições dos Estatutos, do Regulamento Interno e sob proposta da Direcção.

_____ d) Alterar os Estatutos do Clube. _____

_____ e) Decidir em última instância os recursos que lhe forem interpostos _____



____ f) Decidir sobre qualquer assunto que importe responsabilidades de vulto para o Clube. _____

____ g) Dissolver o Clube. _____

CAPÍTULO VII

Direcção

Artigo 28.º

____ A Administração Geral do Clube pertence à Direcção, que será constituída por sete membros efectivos, dos quais um Presidente, dois Vice-Presidentes e quatro Vogais. _____

Artigo 29.º

____ 1. Incumbe essencialmente à Direcção a representação do Clube em Juízo ou fora dele. _____

____ 2. Salvo os casos de representação em juízo ou representação Pública, pode o Presidente delegar os seus poderes de representação em qualquer membro da Direcção ou associado de qualidade. _____

Artigo 30.º

____ Além da Administração Geral do Clube, compete à Direcção: _____

____ a) Cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos, os Regulamentos Internos e as deliberações da Assembleia Geral. _____

____ b) Praticar e promover, com o maior zelo, todos os actos conducentes aos fins do Clube, indicados nos Estatutos, e de harmonia com eles. _____

____ c) Nomear, para o mesmo efeito e se achar conveniente, uma comissão técnica e outras comissões auxiliares com atribuições indicadas em Regulamento da Direcção. _____

- ____ d) Elaborar um orçamento anual e organizar, em conformidade, a escrituração das receitas e despesas. _____
- ____ e) Elaborar e aprovar um Regulamento Interno. _____
- ____ f) Deliberar sobre a admissão de novos associados. _____
- ____ g) Suspender, como medida geral, a admissão de novos associados, quando o entender conveniente. _____
- ____ h) Proceder à renumeração se associados, quando o entender por conveniente. _____
- ____ i) Propor à Assembleia Geral a nomeação de associados, a categoria especial, se contemplada no Regulamento Interno, a associados que se tenham destacado na defesa dos superiores interesses do clube. _____
- ____ j) Exercer acção disciplinar. _____
- ____ k) Consultar o Conselho Fiscal sempre que o julgue necessário. assim como requerer reuniões extraordinárias da Assembleia Geral. _____
- ____ l) Elaborar, no fim de cada ano civil e até ao final do mês de Março do ano seguinte, o Relatório e Contas da respectiva gerência. _____
- ____ m) Admitir ou demitir os empregados do Clube, quaisquer que sejam às suas categorias ou funções, definindo as suas atribuições e estabelecendo as suas remunerações. _____
- ____ n) Fixar os valores das taxas dos produtos e serviços prestados nas instalações desportivas do Clube. _____

Artigo 31.º

- ____ 1. A Direcção deverá reunir periodicamente em dias para isso designados e sempre que o Presidente ou dois dos seus membros a convoque. _____



____ 2. As deliberações serão tomadas por maioria, tendo o Presidente, no caso de empate, voto de qualidade. _____

Artigo 32.º

____ 1. Para obrigar validamente o Clube são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas do Presidente ou um Vice-Presidente e de outro membro da Direcção. _____

____ 2. Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direcção. _____

Artigo 33.º

____ Compete ao Presidente da Direcção: _____

____ a) Superintender na administração do Clube, orientando e fiscalizando os respectivos serviços. _____

____ b) Convocar e presidir às reuniões da Direcção, dirigindo os respectivos trabalhos. _____

____ c) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar os livros de actas da Direcção. _____

____ d) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direcção na primeira reunião seguinte. _____

Artigo 34.º

____ Compete aos Vice-Presidentes coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos, de acordo com a sua delegação. _____

Artigo 35.º

____ Compete a um dos Vice-presidentes: _____

____ A gestão administrativa e financeira do Clube em acordo com as decisões da Direcção e do Presidente, no exercício das suas competências. _____

Artigo 36.º

____ Compete a um dos Vice-Presidentes _____

____ A formação, organização e gestão desportiva em acordo com as decisões da Direcção e do Presidente, no exercício das suas competências.

Artigo 37.º

____ Compete aos vogais coadjuvar os restantes membros da Direcção nas respectivas atribuições e exercer as funções que a Direcção lhes atribuir. _____

CAPITULO VIII

Conselho Fiscal

Artigo 38.º

____ 1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um Presidente e dois Vogais. _____

____ 2. Compete especialmente ao Conselho Fiscal: _____

____ a) Auxiliar a Direcção com o seu parecer, sempre que lhe seja solicitado ou o julgue conveniente. _____

____ b) Examinar as contas e toda a escrituração e documentos que julgue indispensáveis. _____

____ c) Dar anualmente o seu parecer sobre o Relatório e Contas a submeter à aprovação da Assembleia Geral. _____

____ d) Requerer a convocação da Assembleia Geral quando entender



necessário. _____

Artigo 39.º

____ 1. O Conselho Superior é um órgão consultivo, competindo-lhe: ____

____ a) Dar parecer sobre qualquer assunto de especial significado para o Clube, a solicitação do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou da Direcção; _____

____ b) Apresentar Sugestões à Direcção e ao Conselho Fiscal sobre questões relevantes para o CGB; _____

____ c) Elaborar e alterar o respectivo regimento. _____

____ 2. O Conselho Superior tem um máximo limitado a 5% do número de associados e um mínimo de nove elementos, sendo composto: _____

____ a) Pelos Presidentes em exercício e ex-presidentes da mesa da AG, da Direcção e do Conselho Fiscal; _____

____ b) Por associados de reconhecido mérito no serviço ao CGB convidados pelo Presidente da Direcção, ouvida a Direcção e os Presidentes da mesa da AG e do CF. _____

____ 3. A primeira reunião do Conselho Superior será convocada pelo Presidente da Mesa da AG no seguimento da recepção da lista de membros designados ao abrigo da alínea b). _____

____ 4. Os membros do Conselho Superior designarão entre si, na primeira reunião, um Presidente e um Vice-Presidente, que não poderão ser coincidentes com os presidentes em exercício da Mesa da AG, da Direcção, ou do Conselho Fiscal. _____

____ 5. O Conselho Superior reunirá pelo menos uma vez por ano sob convocação do respectivo Presidente, por sua iniciativa ou a requerimen-

to do Presidente da Direcção ou do Conselho Fiscal. _____

CAPÍTULO IX

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 40.º

_____ Os presentes Estatutos só podem ser modificados em reunião da Assembleia Geral, por proposta da Direcção ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos associados efectivos. _____

Artigo 41.º

_____ 1. A Assembleia Geral Extraordinária convocada para resolver a dissolução do Clube não poderá deliberar, em primeira convocação, sem a presença, pelo menos, de dois terços dos associados efectivos _____

_____ 2. A deliberação para a dissolução do Clube dependerá do voto favorável de, pelo menos, três quartos dos associados presentes da categoria indicada no número anterior. _____

Artigo 42.º

_____ 1. Sendo votada a dissolução, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos bens do Clube, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma Comissão Liquidatória, composta de cinco membros, que procederá à venda de todos os bens e direitos do Clube e solverá o passivo existente. _____

_____ 2. Os poderes da Comissão Liquidatória ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e dos necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes. _____

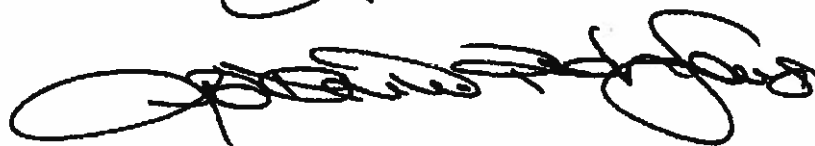
Artigo 43.º

_____ Esta Associação reger-se-á pelos presentes Estatutos, pelos

Regulamentos Internos a aprovar pela Assembleia Geral e pelas disposições legais aplicáveis. _____









NOTÁRIA

AIDA MANUELA ROCHA SOUSA

Fls. 1

CERTIDÃO

Eu, abaixo assinado, *Joel Alexandre Martins da Silva*, colaborador da notária, AIDA MANUELA ROCHA DE SOUSA, devidamente autorizado, nos termos do nº 1, do artigo 8º do dec. lei 26/2004 de 04/02, com a redação dada pelo dec-lei 15 /2011 de 25/01 e alíneas b) e c), do artigo 2º, da portaria 55/2011 de 28/01, autorização publicada no sítio da Ordem dos Notários em vinte e dois de fevereiro de dois mil e treze, com o número de inscrição *sessenta e três barra cinco*, certifico que a presente certidão, composta de *seis* folhas todas numeradas e por mim rubricadas, está conforme ao original e foi extraída de folhas *cinquenta e três* a folhas *cinquenta e cinco*, do livro de notas para escrituras diversas número *cento e sessenta e quatro* - A deste Cartório.

Braga, vinte e cinco de agosto de dois mil e quinze.

O Colaborador,

CONTA: *fic 2015 001 / 1383*

NOTÁRIA
AIDA MANUELA ROCHA SOUSA

Livro nº 164-A

Folhas

53

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

____ No dia vinte e cinco de agosto do ano dois mil e quinze, no meu cartório, situado na rua dr. Justino Cruz, nº 154, 2º andar, sala 8, cidade de Braga, perante mim Notária, **Aida Manuela Rocha de Sousa**, compareceu como outorgante: _____

____ **MANUEL FILIPE PEIXOTO LOPES**, casado, natural da freguesia de Braga (São José de São Lázaro), residente na rua Belo Horizonte, nº 9, freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações, ambas do concelho de Braga. _____

____ Intervém como vice-presidente da direção e em representação da associação denominada "**CLUBE DE GOLFE DE BRAGA**", NIPC 503 050 512, com sede provisória no sítio do Campo de Aviação, lugar do Carregal, freguesia de Palmeira, concelho de Braga, constituída por escritura outorgada no dia dezanove de julho de mil novecentos e noventa e três, no extinto segundo cartório notarial de Braga, exarada a folhas cento e seis e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas número cento e dezanove - F, cujos estatutos foram totalmente remodelados por escritura outorgada neste cartório no dia vinte de fevereiro do ano dois mil e catorze, exarada a folhas cento e onze e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas número cento e cinquenta e quatro-A, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela ata número doze, da assembleia geral realizada no dia vinte e quatro de agosto de dois mil e quinze, de que arquivo pública forma. _____

____ Verifiquei a identidade do outorgante por exibição do cartão de

173 /
cy
cidadão nº 01787272 3ZZ0. _____

DECLAROU O OUTORGANTE: _____

_____ Que em cumprimento do deliberado na referida assembleia geral, pela presente escritura, *altera os estatutos da associação*, quanto: _____

_____ a) -Ao parágrafo único, do artigo segundo, no sentido de que a mudança de sede para outro local dentro do concelho de Braga, deve ser deliberada pela Assembleia Geral, com três quartos dos associados presentes e a alteração deve ser objeto de escritura pública; _____

_____ b) – À alínea a), do número 1, do artigo quinto, no sentido de que os associados menores, com idade inferior a catorze anos têm o direito de aderir à associação, desde que previamente autorizados, por escrito, por quem detém o poder paternal e os menores, com idade igual ou superior a catorze anos têm o direito de aderir à associação desde que tendo requerido essa qualidade, nos termos destes Estatutos e do Regulamento Interno, sejam admitidos pela Direção; _

_____ c) – Às alíneas b), e) e f), do artigo décimo, no sentido de retirar a limitação dos direitos dos associados a terem mais de dezoito anos de idade; _____

_____ d) Ao número 1, do artigo vigésimo, no sentido de que a Assembleia Geral é constituída por todos os associados, independentemente da idade, e;. _____

_____ e) Ao artigo quadragésimo primeiro, no sentido de que a Assembleia Geral Extraordinária convocada para deliberar a dissolução do Clube não poderá deliberar, em primeira convocação, sem a

N O T Á R I A
AIDA MANUELA ROCHA SOUSA

Livro nº 164-A

Folhas 54

presença, pelo menos, de três quartos dos associados efectivos e a deliberação para a dissolução do Clube dependerá do voto favorável de, pelo menos, três quartos dos associados efectivos. _____

_____ Em consequência destas alterações, dão nova redacção ao *parágrafo único*, do artigo segundo, à *alínea a)*, do número 1, do artigo quinto, às *alíneas b), e) e f)*, do artigo décimo, ao número 1, do artigo vigésimo e ao artigo quadragésimo primeiro, que passa a ser a seguinte: _____

Artigo 2.º

_____ ... (mantém-se). _____

_____ Parágrafo Único — A mudança de sede para outro local dentro do concelho de Braga, deve ser deliberada pela Assembleia Geral, com três quartos dos associados presentes e a alteração deve ser objecto de escritura pública. _____

Artigo 5.º

_____ 1. ... (mantém-se). _____

_____ a) Todos os indivíduos de ambos os sexos de maioridade e os menores com idade inferior a catorze anos, têm o direito de aderir à associação, desde que previamente autorizados, por escrito, por quem detém o poder paternal, e os menores com idade igual ou superior a catorze anos têm o direito de aderir à associação desde que tendo requerido essa qualidade, nos termos destes Estatutos e do Regulamento Interno, sejam admitidos pela Direcção. _____

_____ b) ... (mantém-se). _____

_____ 2. ... (mantém-se). _____

_____ 3. ... (mantém-se). _____

Artigo 10.º

_____ ... (mantém-se). _____

_____ a) ... (mantém-se). _____

_____ b) A fazer parte da Assembleia Geral, tomar parte nas discussões e, sendo associado pessoa individual e admitido há mais de seis meses, votar e ser eleito para cargos dos órgãos sociais. _____

_____ c) ... (mantém-se). _____

_____ d) ... (mantém-se). _____

_____ e) A requerer a convocação das Assembleias Gerais Extraordinárias, nos termos do artigo vigésimo segundo. _____

_____ f) A examinar os livros de escrituração e contas do Clube, dentro das horas de expediente, durante os oito dias que precederam às reuniões da Assembleia Geral destinadas à apreciação do Relatório e Contas do exercício a que se referem _____

Artigo 20.º

_____ 1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados do Clube de Golfe de Braga e é dirigida por uma Mesa (Mesa da Assembleia Geral) que é, por sua vez, constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, competindo a este a elaboração das actas das reuniões da mesma Assembleia. _____

_____ 2. ... (mantém-se). _____

_____ 3. ... (mantém-se). _____

_____ 4. ... (mantém-se). _____

Artigo 41.º

hs/
Cy/

NOTÁRIA

AIDA MANUELA ROCHA SOUSA

Livro nº 164-A

Folhas 55

136
9

1. A Assembleia Geral Extraordinária convocada para deliberar a dissolução do Clube não poderá deliberar, em primeira convocação, sem a presença, pelo menos, de três quartos dos associados efectivos _____

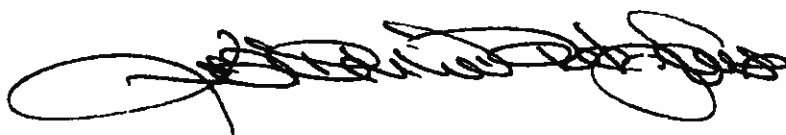
2. A deliberação para a dissolução do Clube dependerá do voto favorável de, pelo menos, três quartos dos associados efectivos. _____

Assim o disse e outorgou. _____

Esta escritura foi lida e explicado o seu conteúdo. _____







Conta:Fac2015001/1383



**NOTÁRIA**

AIDA MANUELA ROCHA SOUSA

CERTIDÃO

Eu, abaixo assinado, *Joel Alexandre Martins da Silva*, colaborador da notária, AIDA MANUELA ROCHA DE SOUSA, devidamente autorizado, nos termos do nº 1, do artigo 8º do dec. lei 26/2004 de 04/02, com a redação dada pelo dec-lei 15 /2011 de 25/01 e alíneas b) e c), do artigo 2º, da portaria 55/2011 de 28/01, autorização publicada no sitio da Ordem dos Notários em vinte e dois de fevereiro de dois mil e treze, com o número de inscrição *sessenta e três barra cinco*, certifico que a presente certidão, composta de *quatro* folhas todas numeradas e por mim rubricadas, está conforme ao original e foi extraída de folhas *oitenta e quatro* a folhas *oitenta e cinco*, do livro de notas para escrituras diversas número *cento e sessenta e cinco* - A deste Cartório.

Braga, vinte e sete de outubro de dois mil e quinze.

O colaborador,

CONTA: ~~14209004~~ 17738

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

_____No dia vinte e sete de outubro do ano dois mil e quinze, no meu cartório, situado na rua dr. Justino Cruz, nº 154, 2º andar, sala 8, cidade de Braga, perante mim Notária, **Aida Manuela Rocha de Sousa**, compareceram como outorgantes:_____

_____MANUEL FILIPE PEIXOTO LOPES, casado, natural da freguesia de Braga (São José de São Lázaro), residente na rua Belo Horizonte, nº 9, freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações, ambas do concelho de Braga, e, _____

_____CARLOS MANUEL SANTOS PEIXOTO, casado, natural da freguesia de Braga (São João do Souto), residente na rua das Granjas nº 62, freguesia de Esporões, ambas do concelho de Braga. _____

_____Intervém como vice-presidente e vogal da direção e em representação da associação denominada "**CLUBE DE GOLFE DE BRAGA**", NIPC 503 050 512, com sede provisória no sítio do Campo de Aviação, lugar do Carregal, freguesia de Palmeira, concelho de Braga, constituída por escritura outorgada no dia dezanove de julho de mil novecentos e noventa e três, no extinto segundo cartório notarial de Braga, exarada a folhas cento e seis e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas número cento e dezanove - F, cujos estatutos foram totalmente remodelados por escritura outorgada neste cartório no dia vinte de fevereiro do ano dois mil e catorze, exarada a folhas cento e onze e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas número cento e cinquenta e quatro-A, e novamente alterados por escritura outorgada neste cartório no dia vinte e cinco de agosto

do ano dois mil e quinze, exarada a folhas cinquenta e três e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas número cento e sessenta e quatro-A, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela ata número treze, da assembleia geral realizada no dia quatro de outubro de dois mil e quinze e pela ata número dez, de vinte e um de março de dois mil e catorze, da tomada de posse de que arquivo pública forma. _____

_____ Verifiquei a identidade dos outorgantes pelo conhecimento pessoal. _____

_____ **DECLARARAM OS OUTORGANTES:** _____

_____ Que em cumprimento do deliberado na referida assembleia geral do dia quatro de outubro de dois mil e quinze, pela presente escritura, *alteram os estatutos da associação*, quanto: _____

_____ a) -Ao artigo segundo, substituindo a expressão "com três quartos dos associados presentes" pela expressão "*por três quartos dos associados presentes*", e, _____

_____ b) – Eliminar o número um do artigo quadragésimo primeiro e alterar a redação do número dois, no sentido de que a deliberação para a dissolução do Clube dependerá do voto favorável de, pelo menos "*três quartos do número de todos os associados*". _____

_____ Em consequência destas alterações, dão nova redação ao **parágrafo único**, do **artigo segundo**, e ao **artigo quadragésimo primeiro**, que, com a eliminação do número um do artigo, passa a ser apenas formado pelo corpo, que passa a ser a seguinte: _____

Artigo 2.º

N O T Á R I A

AIDA MANUELA ROCHA SOUSA

Livro nº 165-A

Folhas 85

134
9

... (mantém-se).

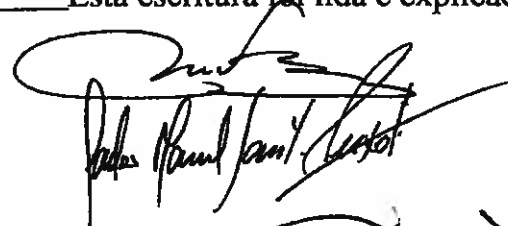
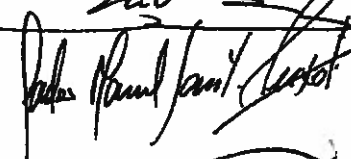
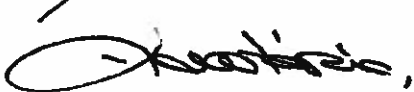

Parágrafo Único — A mudança de sede para outro local dentro do concelho de Braga, deve ser deliberada pela Assembleia Geral, por três quartos dos associados presentes e a alteração deve ser objeto de escritura pública.

Artigo 41.º

A deliberação para a dissolução do Clube dependerá do voto favorável de, pelo menos, três quartos do número de todos os associados.

Assim o disseram e outorgaram.

Esta escritura foi lida e explicado o seu conteúdo.

— 
— 



Conta: Fac2015001/1738





PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho (extrato) n.º 11971/2015

Por despacho de 1 de outubro de 2015, do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português:

Maria Teresa Roça Dias — exonerada, a seu pedido, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, da categoria de consultora do gabinete de apoio do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, com efeitos a partir do dia 12 de outubro de 2015, inclusive.

14 de outubro de 2015. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

209026602



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro da Presidência
e dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 11972/2015

Declaração de Utilidade Pública

O Clube de Golfe de Braga, pessoa coletiva de direito privado n.º 503050512, com sede no lugar do Carregal, freguesia de Palmeira, concelho de Braga, vem desenvolvendo, desde 1993, uma meritória atividade de divulgação e desenvolvimento da modalidade desportiva do golfe, sendo-lhe reconhecido o mérito de levar esse desporto às escolas, a instituições de solidariedade social e às comunidades locais. Os seus atletas têm conquistado vários títulos, alguns de âmbito nacional, e participam em competições e torneios diversos em Portugal e na Galiza. Coopera regularmente com a Federação Portuguesa de Golfe e com a Câmara Municipal de Braga, que apresentaram pareceres abonatórios devidamente fundamentados.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação DAJD/1003/2015, do processo administrativo n.º 152/UP/2014 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, com as condições e recomendações ali formuladas e no uso de poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, declaro a utilidade pública do Clube de Golfe de Braga, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro.

1 de outubro de 2015. — O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, *Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

209027956

Despacho n.º 11973/2015

Indeferimento de pedido de reconhecimento de fundação

No uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, da alínea b) do n.º 3 do artigo 188.º do Código Civil e com os fundamentos constantes da informação DAJD/940/2015 que faz parte integrante do processo administrativo n.º 25/FUND/2015-SGPCM, indefiro o pedido de reconhecimento da Fundação Garota do Calhau.

1 de outubro de 2015. — O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, *Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

209028133

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Despacho n.º 11974/2015

Tendo-se verificado que na Portaria n.º 304/2015, de 22 de Setembro, que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) para a área do município de Terras de Bouro, não foram publicadas as folhas 43-3 e 43-4, determina-se, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, o seguinte:

1 — A publicação da correção material devida, publicando-se as folhas 43-3 e 43-4 da Carta da REN de Terras de Bouro;

2 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

13 de outubro de 2015. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, *Emídio Gomes*.

registo predial
online

Certidão Permanente

Código de acesso: PP-1044-17889-030331-001696

DESCRIÇÃO EM LIVRO:

N.º 5565, Livro N.º: 23

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

SITUADO EM: Aldeia

ÁREA TOTAL: 255823 M2

MATRIZ n.º: 1571 NATUREZA: Urbana

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Terreno destinado ao Aerodromo Municipal - norte .- C.M. B. , herdeiros de Domingos Araújo, KIB, João Pedro Ferreira, Duarte Gomes Silva e Colégio da Regeneração; sul - caminho, António Lopes Soares, Leonel Sousa Vieira e Santa Casa da Misericórdia; nascente: Duarte Gomes da Silva, Maria Dias Campos Martins, Francisco Jesus Martins, Júlia Maria Matos Pereira e Manuel Gomes da Silva; poente - caminho, José Pereira Macedo, herdeiros de Francisco Rego Monteiro e António Coutinho Duarte.

Av.1 - Ap.25/221205 - Desanexado o descrito sob o n.º. 2181/221205- Palmeira - Sistema informático.

Desanexado o n.º. 2225/20060823 - Palmeira (área 750 m2).

***Desanexado o n.º 3198/20110221, com 675 m2.

O(A) Conservador(a)
Carlos Manuel Correia Vilar

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 38 de 2002/03/21 - Aquisição

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** MUNICIPIO DE BRAGA
Sede: Praça do Município
Localidade: Braga

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** ANA AUGUSTA DA COSTA FREITAS FRANCO E MARIDO LIDIO BERNARDO FELIX COELHO, C. NA C. GERAL
** ANTÓNIA CÂNDIDA DE FREITAS DA COSTA E MARIDO JOSÉ MARIA FERNANDES DA COSTA, C. NA C. GERAL

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

** ANTÓNIO DE FREITAS FRANCO E MULHER AIDA BOULHOSA FRANCO, C. NA C. GERAL

** MANUEL DE FREITAS FRANCO

Solteiro(a), Maior

** MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA FREITAS FRANCO

Viúvo(a)

** RITA MARIA DA COSTA FREITAS FRANCO

Solteiro(a), Maior

Extracto da inscrição G-1.

O(A) Adjunto(a) do Conservador(a)

Pedro Jorge Dias Chaves

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

Certidão permanente disponibilizada em 30-01-2015 e válida até 30-07-2015